

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.092.820.442,25	6.064.248,11
Pessoal Ativo	3.862.296.943,59	4.828.370,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.014.284.856,68	718.911,58
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	216.238.641,98	516.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	877.221.171,08	983.508,15
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.674.671,05	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	234.579.397,94	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	38.385.276,86	257.032,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	594.581.825,23	102.770,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.215.599.271,17	5.080.739,96
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.220.680.011,13

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.756.086.711,32
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,41%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.760.482.488,55
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.472.458.364,12
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	5.184.434.239,69

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.322.259,54
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	88.358,00
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.306.466,31
TOTAL	5.717.083,85

3 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de **R\$ 10.000.000,00** (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

4 - Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R\$ **112.028,07** referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

6 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas" está sendo computado o montante de **R\$ 1.347.221.901,72** (registrado na Natureza de Despesa 319113-3647) referente a Contribuição Complementar do Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

7 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF); orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" estão compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Últimos 12 Meses em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	594.581.825,23
+ Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.347.221.901,72
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	72.481.129,73
Total	2.014.284.856,68

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Últimos 12 Meses em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.122.738.215,84
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.347.221.901,72
(-) Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Demais Poderes	180.934.488,89
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS	594.581.825,23

9 - No último quadrimestre de 2014 foi apresentado o montante de R\$ **6.210.983,05** referente à coluna INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. Até o primeiro quadrimestre de 2015, foi cancelado R\$ **146.734,94** deste montante, conforme abaixo detalhado:

Natureza	Descrição da Conta	Valor Cancelado
319001	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	184,71
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	215,63
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	48.394,19
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	19.504,00
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.855,86
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	29.580,55
	TOTAL	146.734,94

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.062.992.062,56	6.242.987.984,40	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	5.792.841.476,83	5.939.971.829,57	-	-
Interna	5.073.833.659,88	5.142.155.944,67	-	-
Externa	719.007.816,95	797.815.884,90	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	90.926.187,62	96.840.781,84	-	-
Outras Dívidas	179.224.398,11	206.175.372,99	-	-
DEDUÇÕES (II)	2.880.619.360,28	3.289.958.457,56	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.247.538.928,16	2.502.732.747,06	-	-
Demais Haveres Financeiros	873.703.935,25	879.158.667,52	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	240.623.503,13	91.932.957,02	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.182.372.702,28	2.953.029.526,84	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.798.288.649,28	11.756.086.711,32	-	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	51,39%	53,10%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	26,97%	25,12%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	23.596.577.298,56	23.512.173.422,64	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.236.919.568,70	21.160.956.080,38	-	-

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.792.841.476,83	5.939.971.829,57	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	397.164.914,45	389.345.596,95	-	-
De Tributos	2.490.260,42	2.266.102,22	-	-
De Contribuições Sociais	394.674.654,03	387.079.494,73	-	-
Previdenciárias	2.141.241,42	2.075.855,38	-	-
PIS/PASEP	392.533.412,61	385.003.639,35	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	5.395.676.562,38	5.550.626.232,62	-	-
<i>Internas</i>	4.676.668.745,43	4.752.810.347,72	-	-
Caixa Econômica Federal - CEF	425.766.552,08	417.926.570,12	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.099.718.558,15	2.170.039.520,31	-	-
União	1.980.461.699,79	2.002.741.478,88	-	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	170.721.935,41	162.102.778,41	-	-
<i>Externas</i>	719.007.816,95	797.815.884,90	-	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	498.409.609,80	553.156.290,89	-	-
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	220.598.207,15	244.659.594,01	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	97.640.690,18	53.282.565,58	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	414.336.832,35	526.220.648,73	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	276.176.946,93	104.746.594,19	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

<u>RÉGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	952.430.729,09	951.396.725,11	-	-
Passivo Atuarial	892.019.610,42	892.019.610,42	-	-
Demais Dívidas	60.411.118,67	59.377.114,69	-	-
DEDUÇÕES (X)	1.431.485.463,38	1.629.571.247,35	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	647.428,22	24.413,47	-	-
Investimentos	1.429.703.114,15	1.576.203.533,84	-	-
Demais Haveres Financeiros	1.303.965,32	53.488.093,23	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	169.044,31	144.793,19	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	6.892.848,78	30.221.176,00	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(479.054.734,29)	(678.174.522,24)	-	-

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo).
- O valor da "Dívida Consolidada - DC (I)" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" diverge do constante no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2014 em R\$ 51.590,40 devido ao computo da conta contábil 213110200 - Fornecedores Nacionais de Exercícios Anteriores (atributo de Superávit Financeiro = P) no presente demonstrativo.
- Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros", não estão sendo considerados os montantes de R\$ 79.704.885,19 (Saldo do Exercício Anterior) e R\$ 177.849.350,14 (Até o 1º Quadrimestre), registrados na conta contábil 113110700 (Adiantamentos de Precatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.
- Na linha "(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)", os valores estão apurados por meio da metodologia: Contas contábeis 6321 - Restos a Pagar Processados a Pagar + 63131 - Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar (-) Consignatários oriundos do SIAFEM = (21881018 + 21881019 + 213111000 - 218810199).
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 6ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição, na linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária estão registrados os valores das contas contábeis 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS e 121300000 - Investimentos e Aplicações a Longo Prazo do RPPS.
- Na linha "Demais Dívidas" na coluna "Saldo do Exercício Anterior", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, não esta sendo considerado o valor de R\$ 15.059,52 registrado nas conta contábil 211431210 - Parcelamento - PASEP, devido tal valor estar registrado na linha "Restos a Pagar Processados", por ter sido liquidado e não pago no exercício de 2014.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	20.594.984,50	20.664.986,26	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	20.594.984,50	20.664.986,26	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	20.594.984,50	20.664.986,26	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.798.288.649,28	11.756.086.711,32	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,17%	0,18%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.595.623.502,84	2.586.339.076,49	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.336.061.152,56	2.327.705.168,84	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIAFEM - SEFAZ/GECOG/GEPOF em 27/05/2015 16:46

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo, incluem garantias concedidas por meio de Fundos;

2 - Na elaboração deste demonstrativo não estão sendo considerados os valores a seguir como Contragarantia Recebida, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo). São eles:

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2014	Posição - Abril de 2015
711110102 - Fiança	42.591.372,05	42.615.301,41
711110105 - Seguros	108.535.372,80	113.981.906,25
711110108 - Títulos Públicos	127.450,15	127.450,15
711110199 - Outras Garantias Recebidas no País	32.307,88	32.307,88

3 - O demonstrativo não considera o valor de R\$ 35.941,27 constante na conta contábil 712110110 - Contra Garantias - Parcerias Públicos Privadas (PPP).

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	89.143.291,83	89.143.291,83
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	89.143.291,83	89.143.291,83
Interna	89.143.291,83	89.143.291,83
Abertura de Crédito	89.143.291,83	89.143.291,83
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.756.086.711,32	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	89.143.291,83	0,76%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.880.973.873,81	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.692.876.486,43	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	822.926.069,79	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	89.143.291,83	0,76%

FONTE: SIGEFES SEFAZ/GECOG/GEPOF em 22/05/2015 16:15

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.220.680.011,13	44,41%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.760.482.488,55	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.472.458.364,12	46,55%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.953.029.526,84	25,12%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.512.173.422,64	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	20.664.986,26	0,18%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.586.339.076,49	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	89.143.291,83	0,76%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.880.973.873,81	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	822.926.069,79	7,00%

FONTE: SIGEFES - SEFAZ/GECOG

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER

Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado